

DIREÇÃO SUPERIOR

Governador do Estado do Ceará
Elmano de Freitas da Costa

Vice-Governadoria
Jade Afonso Romero

SECRETARIA DAS CIDADES

Secretário das Cidades
José Jácome Carneiro Albuquerque

**Secretário Executivo de Habitação e
Desenvolvimento Urbano**
Thiago Campelo Nogueira

Secretário Executivo de Saneamento
Marcos César Cals de Oliveira

**Secretário Executivo de Planejamento e Gestão
Interna**
Carlos Edilson Araujo

CONSELHO DAS CIDADES
Segmento: Poder Público Federal

Caixa Econômica Federal – CAIXA
Luis Gurgel do Amaral Filho – Titular
Alexandre Guilherme da Silva Barbosa – Suplente

Superintendência do Patrimônio da União - SPU
Francisco Fábio de Sousa Galvão – Titular

Secretaria das Cidades - SCIDADES
José Jacome Carneiro Albuquerque – Presidente do
Concidades
Thiago Campelo Nogueira – Vice- Presidente

Secretaria de Infraestrutura - SEINFRA
José Rosilônio Magalhães de Araújo – Titular
Francisco Carlos Nobre Júnior – Suplente

Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG
André Theophilo Lima – Titular
Arnaldo Araújo Lima – Suplente

Secretaria do Turismo - SETUR
Bruno Gaspar Marques - Titular
Paulo César Franco de Castro – Suplente

Secretaria do Meio Ambiente – SEMA
Vilma Maria Freire dos Anjos – Titular
Karyna Leal Ramos – Suplente

Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SDE

**Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará -
DPGE**
Elizabeth das Chagas Sousa – Titular
José Lino Fonteles da Silveira – Suplente

**Assembleia Legislativa do Estado do Ceará -
ALECE**
Larissa Maria Fernandes Gaspar Da Costa – Titular
Juliana de Holanda Lucena – Suplente

**Segmento: Poder Público Municipal, Executivo e
Legislativo**

**Associação dos Municípios do Estado do Ceará –
APRECE**
Daniel Aguiar Camurça - Titular
Helderiza Maria Diniz Queiroz - Suplente

Prefeitura Municipal de Fortaleza - PMF
Francisco de Castro Menezes Júnior - Titular
Artur José Vieira Bruno - Suplente

União dos Vereadores do Ceará – UVC
Antônio Bastos Braga Filho - Titular
Samuel de Melo Rodrigues – Suplente

Segmento: Movimentos Sociais e Populares

Central de Movimentos Populares – CMP - Titular
Thiago Celestino da Silva

**Federação das Organizações Sociais do Município
de Tauá – FOSMUT – Suplente**
Rui Flavio Cavalcante de Oliveira
Maria Saleth Lacerda Bomfim

**Movimento de Lutas nos Bairros, Vilas e Favelas –
MLB – Titular**
Maria Helena de Sousa
Renan Giménez Azevedo
**Federação das Entidades Comunitárias de
Solonópole – FECS – Suplente**
Leonardo Pinheiro
José Edivaldo de Oliveira

**União Nacional por Moradia Popular – UNMP –
Titular**
Ana Valéria Oliveira de Moraes

**Federação de Arte Cultura e de Defesa Social do
Litoral Leste – FACEDS – Suplente**
Ana Valéria Oliveira de Moraes

**Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza –
FBFF – Titular**
Natanael Mota
**Federação das Associações de Itapajé – FAITA –
Suplente**
José Airtton Etevlino Silva (T)
Ana Alice Silva Martins (S)

**Federação das Organizações Comunitárias e de
Pequenos Produtores do Ceará – FECOMP –
Titular**

**Federação das Associações Comunitárias do
Município de Barro – FECOMB - Suplente**
José Ivan de Oliveira

**Conselho Comunitário de Defesa Social – CCDS –
Titular**
Cícero Ricardo Pereiro Pinho

**Associação dos Agentes do Meio Ambiente de
Pacatuba – AAMAP – Suplente**

**Federação Sobralense de Associações, Entidades
Não Governamentais e de Assistência Social –
FESEC – Titular**
José da Silva Souza (Zezinho do Sumaré)
**Confederação Nacional das Associação de
Moradores – CONAM**



Nágyla Maria Galdino Drumond
Ivanildo Batista Andrade

Segmento: Trabalhadores

Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura no Estado do Ceará – FETRAECE – Titular

Maria Elisângela Fernandes do Nascimento
Luiz Carlos Ribeiro de Lima

Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar e Empreendedores Familiares Rurais do Estado do Ceará – FETRAF

Francisco Auri Alves Júnior

Federação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal do Estado do Ceará – FETAMCE – Titular

Francisco Barroso de Paula
Rafael Fernandes Ferreira

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Panificação, Confeitaria, Massas Alimentícias e Biscoitos do Município de Maracanaú no Estado do Ceará – SINDIPAN - Suplente

Adaías Barroso de Paula
Edivania Maria de Souza Queiroz

Segmento: Empresários

Sindicato das Empresas de Compra e Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais do Ceará – SECOVI – Titular

Francisco Wilson Alves Braga
Salim Ivan Ary

Sindicato da Indústria da Construção Civil – SINDUSCON – Suplente

Clausens Roberto de Almeida Duarte
Mário Henrique Tavares Bezerra

Sindicato da Indústria Salineira do Estado do Ceará – SINDSAL – Titular

Djalma Magalhães Carneiro

Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL Maracanaú – Suplente

José Araújo Saraiva
Antônio Moura Câmara

Segmento: Entidades Acadêmicas e Profissionais

Universidade Federal do Ceará – UFC – Titular

Prof Nadia Khaled Zurba
Prof Clarissa Figueiredo Sampaio Freitas

Universidade Estadual do Ceará – UECE – Suplente

Claudio Smalley Soares Pereira
Wagner Vinicius Amorim

Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB – Titular

Laíssa Vitória da Silva

Cooperativa Mista de Trabalho, Assessoria e Consultoria Técnico Educacional – COMTACTE – Suplente

Cláudio Nogueira da Silva

Universidade Regional do Cariri – URCA – Titular

Prof. Firmiana Santos Fonseca Siebra
Prof. Bruno Barbosa de Oliveira

Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU – Suplente

Francisco Rérisson Carvalho Correia Máximo
Caroline Câmara Benevides

Segmento: Organização não governamentais – ONG'S

Centro de Estudos, Articulação e Referência sobre Assentamentos Humanos - CEARAH PERIFERIA – Titular

Teresa Hilda Bezerra de Souza Costa
Olinda Maria Santos Marques

Associação Comunitária Beneficente do Jaçanaú e Adjacência – ACOBEJA – Suplente

Anderson Rafael Cavalcante Nunes

Associação Beneficente de Guaiúba – ASBEG – Titular

Pedro Nascimento Magalhães

Centro de Defesa da Criança e do Adolescente – CEDECA (Itaitinga) – Suplente

Anatalice da Silva Cavalcanti

EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO CADERNO DAS PROPOSTAS DOS MUNICÍPIOS CEARENSES AO ESTADO DO CEARÁ

Evelize Regis de Freitas
Henrique Soares de Coimbra
Juliany Siqueira Rhein
Samia Karininy Oliveira Moura
Suzana Pinho Lima Machado
Victor José Pontes França

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES – NÚCLEO DE FORTALEZA/LAPUR/UFC

Profª Maria Clelia Lustosa Costa
Francisca Bruna Santiago Viana Cavalcante
Carlos Wesley Freire da Silva

EQUIPE DE APOIO À ORGANIZAÇÃO DA 6ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DAS CIDADES SECRETARIA DAS CIDADES

Agapito dos Santos Sátiro
Alissa Venuto Martins Farias
Ana Clara Albuquerque
Ana Karine Braga
Alberto Queiroz
Bruno César de Almeida Nobre
Camila Viana Duarte
Caroline Rodrigues Feitoza
Elainne Cristiane Andrade Ferreira
Erika Sobreira de Oliveira
Evelize Regis de Freitas
Francisco Alberto Castro Neto
Danielle Ferreira de Araújo Galvão
Francisco Andreazo Canuto Aragão
Francisco Elivan da Fonseca Costa
Henrique Soares de Coimbra
Hitalo Rachidyz Pereira Amorim
João Rafael Costa Araújo
Juliany Siqueira Rhein
Leonardo Carneiro Nogueira
Luan Carneiro Viana
Luiz Gonzaga de Sousa Junior
Marcela Sousa da Silva
Marcella Facó Soares
Mariana Oliveira do Rêgo
Mirles de Andrade Morais
Osmar Gonçalves de Amarante





Priscilla Gomes Mota Matos
Rebeca Santos Lima de Wilson
Suzana Pinho Lima Machado
Suziane Cardoso
Vanessa Luana Oliveira Lima
Verlene Maria Gomes Teixeira
Victor José Pontes França
Vimalise Rocha Moreira de Andrade

APOIO INSTITUCIONAL

**INSTITUTO AGROPÓLOS DO CEARÁ - IAC
ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA**

**ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO
CEARÁ –APRECE**

MINISTÉRIO DAS CIDADES

**OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES DE
FORTALEZA
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS MACIÇO DE
BATURITÉ**



Sumário

APRESENTAÇÃO - CARTA DO CONSELHO.....	2
ESTADUAL DAS CIDADES.....	2
PROPOSTAS ESTADUAIS RECEPCIONADAS.....	6
EIXO 1: ARTICULAÇÃO ENTRE OS PRINCIPAIS SETORES URBANOS E O PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	7
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA.....	10
POLÍTICAS / PLANOS / FUNDOS.....	12
INOVAÇÃO / TECNOLOGIA / EDUCAÇÃO.....	17
GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS.....	17
DRENAGEM.....	17
SANEAMENTO / ABASTECIMENTO DE ÁGUA.....	18
POLÍTICA / PLANOS / FUNDOS.....	20
ACESSIBILIDADE.....	21
EDUCAÇÃO.....	22
INTEGRAÇÃO / TERMINAIS.....	23
ESTRADAS.....	24
EIXO 2: GESTÃO ESTRATÉGICA E FINANCIAMENTO.....	25
EIXO 3: GRANDES TEMAS TRANSVERSAIS.....	36
POLÍTICAS / PLANOS / PROGRAMAS.....	38
APOIO FINANCEIRO.....	40
REGULAMENTAÇÃO.....	41
EDUCAÇÃO AMBIENTAL / CULTURA.....	41
TECNOLOGIA / ENERGIAS RENOVÁVEIS.....	42
ECOTURISMO / EVENTOS.....	43
RECURSOS HÍDRICOS.....	43
GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS.....	44



APRESENTAÇÃO - CARTA DO CONSELHO ESTADUAL DAS CIDADES

Este Caderno é o resultado da sistematização das propostas apresentadas e debatidas ao longo das Conferências Municipais das Cidades.

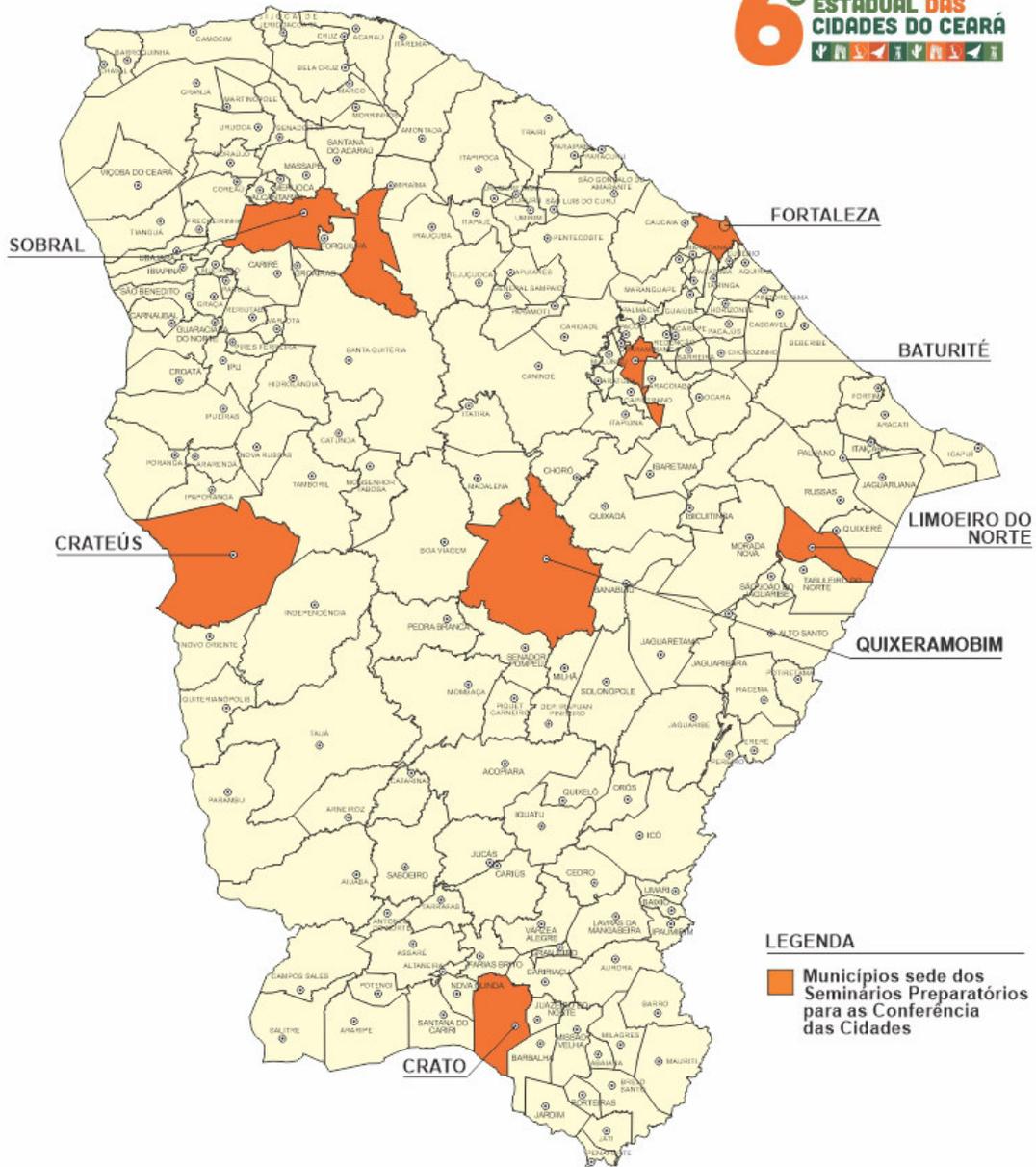
Acreditamos que o futuro das cidades cearenses se constrói no presente e de forma coletiva, transformando a sementeira de ideias e propostas em uma política de desenvolvimento urbano robusta e eficaz. As conferências das cidades, em suas etapas municipal, estadual e nacional, representam os espaços ideais para um debate democrático e qualificado. Neles, podemos discutir a viabilidade das melhores condições de vida para nossa população, em uma dinâmica de construção coletiva da tão almejada sistematização da política urbana.

Nesse sentido, o Governo do Estado do Ceará, do Conselho Estadual das Cidades e em parceria com a Secretaria das Cidades e o Observatório das Metrôpoles, convocou a 6^a Conferência Estadual das Cidades. Gostaríamos de convidar a todos e todas a contribuir ativamente com as discussões, avaliações e proposições necessárias para a efetiva participação na formulação das políticas públicas aqui apresentadas.

Como forma de garantir a ampla adesão dos municípios cearenses à retomada das Conferências, a Secretaria das Cidades realizou sete encontros nos municípios de Fortaleza, Baturité, Limoeiro do Norte, Quixeramobim, Crato e Sobral, contemplando todo o território cearense, os quais contaram com a presença de Prefeitos, Gestores e Técnicos municipais, bem como do Conselho Estadual das Cidades e da Comunidade Acadêmica, através do Observatório das Metrôpoles e demais Universidades, para dialogar sobre o passo a passo democrático para a organização das Conferências Municipais das Cidades.



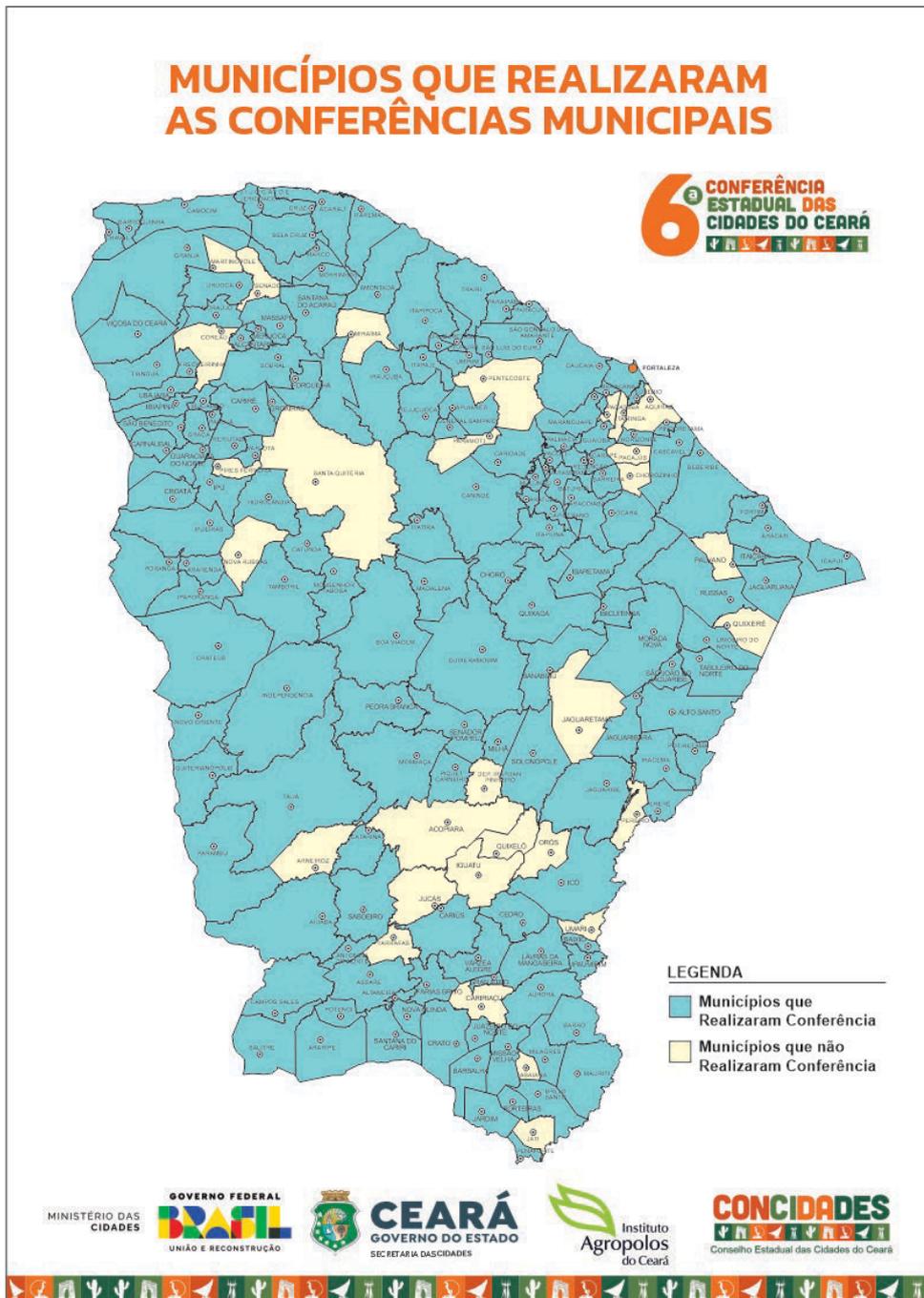
SEMINÁRIOS REGIONAIS



MINISTÉRIO DAS CIDADES



Realizadas até 30 de junho de 2025, conferências municipais buscaram incentivar a ampla participação popular na formulação de propostas que respondam aos desafios das cidades cearenses. As propostas dessas conferências foram cadastradas na plataforma REDUS (<https://www.redus.org.br/concid24/brasil/conferencia-nacional>), sendo consideradas aquelas registradas até 31 de julho de 2025. Foi levantado um total de 234 propostas para a etapa estadual e 337 propostas para a etapa nacional. Tivemos 155 municípios participantes, representando 85% do Ceará.



Durante a etapa municipal, foram eleitos 587 delegados e delegadas de diversos segmentos que estão representando seus municípios na instância estadual da conferência, conforme os seguintes segmentos:

1. Gestores, administradores públicos e legislativos municipais - representantes de órgãos da administração direta, fundações públicas e autarquias em seus respectivos níveis e membros do Legislativo: vereadores.

2. Movimentos sociais e populares - movimentos e associações comunitárias/ de moradores.

3. Trabalhadores representados por suas entidades sindicais - sindicatos, federações, confederações e centrais sindicais de trabalhadores legalmente constituídos.

4. Empresários relacionados à produção e ao financiamento do desenvolvimento urbano - entidades representativas da classe empresarial, de todos os tamanhos (grande, médio, pequeno e micro), federações, confederações, clube de lojistas, cooperativas.

5. Entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa e conselhos profissionais - associações profissionais e entidades que congregam setores ligados às universidades, ao meio acadêmico e institutos de pesquisa na área urbana e Conselhos Regionais e Federais de profissionais.

6. Organizações Não Governamentais - ONGs com atuação na área do desenvolvimento urbano.

É importante entender que o processo de Conferência é periódico. Isso permite que novas questões sejam incorporadas ao debate, que temas e demandas sejam atualizados e, essencialmente, que a implementação das proposições de edições anteriores seja acompanhada.



PROPOSTAS ESTADUAIS RECEPCIONADAS

O objetivo deste documento é apresentar todas as propostas que os municípios enviaram como demandas ao Estado do Ceará.

Todas as propostas submetidas pelos 155 municípios já estavam classificadas de acordo com seus eixos originais orientados pelo Conselho Nacional das Cidades (1, 2 e 3) e esferas (municipal, estadual e federal) nos quais elas se encaixavam. Ao recebê-las na plataforma REDUS, houve uma avaliação por parte da equipe da Secretaria das Cidades e Observatório das Metrôpoles no sentido de confirmar se a classificação já indicada era coerente, sendo necessário alguns reposicionamentos. Houve também alguns casos pontuais em que propostas foram retiradas do caderno porque não se encaixaram nas temáticas objeto de discussão da Conferência.

A partir daí as propostas estaduais foram organizadas neste primeiro caderno, divididas por eixos e subgrupos, e todas foram consideradas como aditivas, já que não há texto base para a política estadual. Ressalta-se que todas as propostas enviadas pelos municípios ao Estado foram acolhidas e registradas no referido caderno de propostas. O material será objeto de plano de ação e acompanhamento por parte do Conselho Estadual das Cidades (CONCIDADES).

No **Caderno da 6ª Conferência Estadual das Cidades**, as propostas para a etapa nacional foram inseridas no próprio texto base da PNDU, após uma avaliação da posição em que elas melhor se encaixariam. A partir daí elas foram definidas como aditivas ou modificativas, respeitando sempre que possível a classificação enviada pelo próprio município.

Além disso, houve uma preocupação de inserir as propostas em ordem alfabética, porém para facilitar a leitura dos delegados, agrupamos propostas de temas semelhantes. No eixo 1, subgrupo de Habitação e Regularização Fundiária, foram agrupadas entre si propostas dentro dos temas que mais se repetiram, como por exemplo: padrão mínimo de habitabilidade, reaproveitamento de imóveis vazios, regularização fundiária, ATGIS e Programa Minha Casa, Minha Vida. Estratégia semelhante foi utilizada no agrupamento das propostas nos três eixos, nos dois cadernos.

Houve também a preocupação de informar o nome do município responsável pela proposta, para que os delegados possam reconhecer o trabalho feito em suas próprias conferências municipais.

No geral, não houve reescrita de propostas, a não ser correção de erros pontuais de ortografia ou o resumo de alguns textos muito longos. Percebeu-se que alguns municípios, para além da proposta em si, colocaram toda uma contextualização e justificativa para defender a importância de sua proposta, o que é válido, porém alguns trechos foram cortados, já que haverá limite de caracteres para envio das propostas a nível nacional, assim como é necessária uma certa objetividade dos textos para facilitar a discussão na Conferência Estadual do Ceará.

Houve alguns casos em que dentro de uma proposta havia várias propostas diferentes, de temas que inclusive não conversavam entre si. Por isso, nesses casos também foi feito um desmembramento em duas ou mais propostas.

Assim, abaixo está sistematizado o conjunto de propostas encaminhadas pelos municípios ao Estado do Ceará, que deverão nortear o planejamento do Conselho Estadual das Cidades.

EIXO 1: ARTICULAÇÃO ENTRE OS PRINCIPAIS SETORES URBANOS E O PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

a) Diretrizes e Propostas para as Políticas de Habitação e Regularização Fundiária da PEDU

HABITAÇÃO

(Alto Santo) Reivindicar a criação e ampliação de programas habitacionais que atendam às famílias em situação de vulnerabilidade social, garantindo o acesso à moradia digna, com infraestrutura adequada e inserção urbana planejada.

(Baixo) Implantar uma Praça de Alimentação Pública e Comunitária em bairros afastados do centro urbano de municípios com baixo dinamismo econômico, como estratégia de fomento à economia local, valorização territorial e promoção da inclusão produtiva, especialmente para pequenos

comerciantes e microempreendedores. Estrutura: a) Localização Estratégica - A praça deve ser construída em áreas com: Baixo fluxo atual de pessoas, mas com potencial de crescimento; Acesso viário e transporte público básico; Concentração de população local com baixa renda e poucas opções de lazer/comércio. b) Estrutura Sugerida da Praça de Alimentação - Módulos ou quiosques padronizados para uso por empreendedores locais; Espaço central com mesas, bancos, iluminação e arborização; Palco para apresentações culturais e eventos comunitários; Banheiros públicos e área de apoio/logística; Ponto de ônibus, bicicletário e acessibilidade garantida. c) Gestão e Operação - A gestão pode ser municipal, comunitária ou compartilhada com cooperativas/associações; Concessão de uso dos quiosques para microempreendedores (MEIs), cooperativas ou comerciantes locais; Critérios de seleção com prioridade para mulheres, jovens, grupos vulneráveis e negócios sustentáveis. d) Atividades Envolvidas - Vendas de alimentos típicos, lanches, refeições, sucos, cafés e artesanato local; Promoção de feiras semanais, apresentações culturais e festivais gastronômicos; Parcerias com escolas, projetos sociais e artistas da região. Apoio e Fomento: O projeto pode contar com: Recursos do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano e Econômico; Emendas parlamentares estaduais ou federais; Parcerias com o SEBRAE, SENAC e entidades de apoio ao microempreendedor; Apoio técnico de universidades para planejamento e gestão.

(Barroquinha) Diminuição da burocracia para o acesso aos programas de interesses habitacionais e de abastecimento de água potável.

(Canindé) A reformulação da política habitacional do Estado do Ceará é uma medida urgente e estratégica diante dos desafios sociais, étnicos e urbanos que afetam a população mais vulnerável. Consideramos que a nova abordagem exige uma comunicação mais eficaz entre o governo estadual, os municípios e os beneficiários, especialmente no contexto dos programas de habitação de interesse social, como o “Minha Casa, Minha Vida” (MCMV). (...) A articulação entre os técnicos municipais e estaduais é fundamental para garantir que os empreendimentos sejam inseridos em áreas com infraestrutura consolidada e potencial de desenvolvimento urbano ou até mesmo a aplicação

de instrumentos urbanísticos que busquem cumprir a função social da moradia em imóveis vazios ou subutilizados. Além disso, se faz necessário que o trabalho social realizado após a entrega das unidades fortaleça a gestão participativa dos espaços e promova a inclusão social dos moradores, mas infelizmente as equipes técnicas são pequenas, principalmente em municípios de pequeno porte. Portanto, a reformulação da política habitacional cearense deve ser guiada por critérios técnicos, sociais e territoriais, com foco na equidade, na qualidade da infraestrutura e na valorização das identidades étnicas e culturais. Trata-se de uma política pública que não apenas constrói moradias, mas transforma vidas.

(Cariré) Programa de erradicação das moradias de taipa.

(Catunda) Criar núcleos estaduais de assistência técnica que auxiliem pequenos municípios na elaboração de projetos para habitação, saneamento e mobilidade, melhorando descritivos técnicos e estudos de viabilidade.

(Itarema) Implementar programa estadual de unidades habitacionais em áreas costeiras, com foco em populações indígenas e comunidades tradicionais pesqueiras.

(Jaguaribara) Ampliar os programas habitacionais para famílias de baixa renda, com prioridade para mulheres chefes de família e pessoas em situação de vulnerabilidade, respeitando o plano diretor através de recursos do estado.

(Limoeiro do Norte) Propõe-se que o Governo Estadual estimule e apoie o município no mapeamento criterioso de áreas públicas ou viáveis para aquisição, destinadas à construção de moradias de interesse social, priorizando regiões com fácil acesso à educação, saúde, transporte público, saneamento básico e demais serviços essenciais. No município de Limoeiro do Norte – CE, parte significativa da população vulnerável vive em regiões afastadas, insalubres ou sem infraestrutura, o que agrava as desigualdades sociais e compromete o direito à cidade. A proposta destaca ainda a importância de que essas moradias sejam implantadas em áreas seguras, tanto em termos de infraestrutura urbana, condições sanitárias e baixo índice de violência, evitando a instalação de conjuntos habitacionais em zonas de risco ou em territórios marcados por alta criminalidade, vulnerabilidade

ambiental ou exclusão territorial. Trata-se de uma estratégia fundamental para garantir o pleno exercício da cidadania e a promoção da justiça social, por meio de um desenvolvimento urbano inclusivo, equilibrado e digno.

(Nova Olinda) Possibilidade de acesso ao crédito habitacional para pessoas de baixa renda.

(Novo Oriente) Ampliar os programas habitacionais estaduais, com recorte específico do Programa Minha Casa, Minha Vida, garantindo moradias dignas, bem localizadas e ambientalmente sustentáveis. Priorizando, nos critérios de seleção, famílias em situação de vulnerabilidade social, assegurando justiça social e inclusão urbana, além de promover empreendimentos habitacionais integrados ao tecido urbano e com acesso à infraestrutura, equipamentos públicos e serviços essenciais.

(Santana do Cariri) Garantir o direito à moradia digna para famílias em situação de vulnerabilidade na zona rural, por meio de ações de habitação, legalização de terras e apoio técnico às comunidades; criação de programas municipais de habitação rural voltado a famílias que vivem em moradias precárias, como casas de taipas; Regularização fundiária dos imóveis rurais, com mapeamento, titulação e apoio técnico às famílias; Parcerias com órgãos estaduais e federais para viabilizar recursos e assistência técnica habitacional; Atuação conjunta com associações comunitárias para orientar e apoiar na documentação e legalização da posse de terra; Inclusão de critérios sociais que priorizem famílias de baixa renda e com maior tempo de residência.

(São João do Jaguaribe) Ampliação dos programas habitacionais: ampliar as construções de casas populares, principalmente para a população carente. As habitações devem ser de qualidade e dignas, se adaptando à realidade de números de pessoas de cada família e a realidade local.

(Tururu) Garantir políticas públicas de inclusão social e moradia para populações em vulnerabilidade social, com ênfase em territórios indígenas e quilombolas.

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

(Alcântaras) Apoiar, com recursos do Governo do Estado, a regularização fundiária em cidades de pequeno porte.

(Barreira) Implementação de ações de regularização fundiária nos municípios.

(Brejo Santo) Criação de força tarefa intersetorial com metas de titulação, com mutirões para levantamento técnico, jurídico e social de áreas irregulares, com vistas a regularização fundiária.

(Canindé) Criação de um comitê de apoio estadual à regularização fundiária para manter uma relação próxima entre municípios e o estado do Ceará para promover assim capacitações para os técnicos dos municípios.

(Carnaubal) 1- criação de equipe técnica estadual para análise e regularização de terrenos ocupados; 2- criar e ampliar uma linha de crédito habitacional e fundiária com condições facilitadas, voltadas para famílias de baixa renda em municípios de pequeno porte; 3- aceleração da regularização fundiária e fortalecimento institucional dos pequenos municípios; 4- criar campanha estadual de conscientização sobre direito à moradia e a posse legal para sociedade civil.

(Catarina) Implantação do Programa de Regularização Fundiária em Áreas Urbanas - REURB, garantindo que todos os cidadãos possuam os títulos de posse de suas unidades habitacionais.

(Ipaporanga) Regularização fundiária urbana e rural.

(Irauçuba) Implantar programa estadual de regularização fundiária urbana com mutirões interinstitucionais, assistência jurídica gratuita, mapeamento digital e parceria com cartórios com prioridade para população de baixa renda.

(Maranguape) O Estado deve implementar um programa de apoio técnico e financeiro aos municípios para aplicação efetiva da Lei do REURB, com foco na regularização fundiária em áreas urbanas e periféricas. A iniciativa inclui a criação de uma plataforma estadual integrada com serviços de georreferenciamento e cadastro fundiário. Serão incentivados: o uso do IPTU progressivo como instrumento de indução à função social da propriedade; ações coordenadas de desocupação em áreas de risco com reassentamento digno; campanhas educativas estaduais sobre segurança habitacional; assistência técnica pública e gratuita; e parcerias com concessionárias (como

ENEL e CAGECE) para integrar infraestrutura urbana à regularização. O Estado atuará também no fortalecimento da fiscalização ambiental e urbanística em municípios com alta vulnerabilidade habitacional.

(Morada Nova) Instituir um Fundo Estadual de Apoio à Regularização Fundiária e Urbanização de Áreas Vulneráveis, com recursos descentralizados para os municípios realizarem projetos integrados de habitação, regularização e mobilidade.

(Nova Olinda) Levantar, mapear, classificar áreas passíveis de regularização.

(Ocara) Promover a Regularização Fundiária dos municípios do Estado do Ceará.

(Paraipaba) Projeto de Regularização Fundiária Comunitária, criação de Consórcio Estaduais de Governança.

(São Luís do Curu) Mutirão promovido com o apoio do estado para registro e escritura pública para casas existentes com adição de numeração aos imóveis e confecção de mapa atualizado dos municípios, a fim de um melhor planejamento de desenvolvimento urbano.

b) Diretrizes e Propostas para a Política de Saneamento Básico da PEDU

GERAL

(Ererê) A proposta visa um projeto financiado pelo governo federal e/ou estadual que vise ampliar o acesso da população aos serviços adequados de esgotamento sanitário no meio urbano através de lagoas de estabilização, e ao financiamento para construção de fossa séptica e sumidouro como soluções alternativas de esgotamento sanitário no meio rural.

(Ipaumirim) Adotar soluções simples, de baixo custo e alta eficiência para garantir o acesso ao saneamento em comunidades periféricas.

(Uruburetama) Ampliar a cobertura da rede de esgoto nos municípios, com prioridade para áreas de maior vulnerabilidade, garantindo condições sanitárias adequadas e saúde pública.

POLÍTICAS / PLANOS / FUNDOS

(Alto Santo) Buscar recursos e parcerias com órgãos estaduais, federais

e instituições privadas para viabilizar projetos voltados à melhoria da infraestrutura sanitária e urbana dos municípios. As ações devem priorizar soluções sustentáveis, como sistemas de drenagem eficientes e iniciativas de captação e reuso da água, promovendo qualidade de vida, saúde pública e preservação ambiental.

(Aratuba) Monitoramento da execução dos Planos Municipais de Saneamento. Repasse de recursos para municípios ampliarem redes de esgoto e drenagem.

(Baixio) Criação de Núcleo Estadual de Apoio aos Planos de Saneamento (NEAPS), Vinculado à Secretaria de Recursos Hídricos e/ou Secretaria de Meio Ambiente e Saneamento, com as seguintes atribuições: a) Apoiar tecnicamente os municípios na elaboração e revisão dos PMSB; Garantir a participação social e o controle social em todas as etapas do planejamento; Disponibilizar modelos, guias técnicos, ferramentas e sistemas digitais para os municípios; Capacitar servidores municipais e consórcios públicos sobre gestão integrada do saneamento; Manter um banco de dados estadual atualizado com os planos vigentes, vencidos ou em elaboração. b) Formação de Parcerias Estratégicas: O programa atuará em cooperação com: Universidades estaduais e federais, centros de pesquisa e institutos federais; Agências reguladoras estaduais; Órgãos de controle (Ministério Público, Tribunais de Contas); Consórcios intermunicipais e entidades da sociedade civil. c) Apoio Técnico e Financeiro: O Estado poderá disponibilizar: Equipes multidisciplinares (engenheiros, biólogos, urbanistas, assistentes sociais, economistas etc.); Linhas de financiamento e convênios para a contratação de consultorias técnicas e diagnósticos específicos; Softwares e plataformas digitais padronizadas para elaboração e acompanhamento dos planos; Recursos do Fundo Estadual de Saneamento Básico (a ser criado ou adaptado) ou outros fundos já existentes.

(Baixio) Criar uma política pública estadual para oferecer suporte técnico, jurídico, formativo e estrutural aos municípios e comunidades interessados em instituir, regularizar ou fortalecer cooperativas de catadores, como parte da política de gestão integrada de resíduos sólidos e da inclusão

socioproductiva. (...) 1. Suporte Técnico e Jurídico: Elaboração de modelos de estatuto, regimento e ata de fundação; Apoio à formalização legal da cooperativa (CNPJ, inscrição municipal, registro em junta comercial); Orientação sobre regulamentações sanitárias, ambientais e trabalhistas; Apoio à elaboração de projetos para captação de recursos (públicos e privados). 2. Capacitação e Formação: Parcerias com universidades, SEBRAE, SENAC e movimentos sociais para: Formação em gestão de cooperativas, autogestão, contabilidade e liderança; Cursos sobre logística da reciclagem, triagem, segurança no trabalho e marketing social; Oficinas sobre educação ambiental, cidadania e organização comunitária. 3. Apoio Estrutural e Equipamentos: Fomento à infraestrutura mínima: Galpões de triagem, prensas, balanças, EPIs e esteiras; Apoio à cessão de uso de terrenos e imóveis públicos ociosos; Linhas de financiamento via Fundo Estadual de Resíduos Sólidos ou convênios federais. 4. Inserção nas Políticas Municipais de Limpeza e Coleta Seletiva: Apoio técnico aos municípios para firmar contratos ou termos de cooperação com as cooperativas; Implantação de coleta seletiva com participação dos catadores organizados; Elaboração de indicadores e metas de reciclagem com inclusão produtiva. Apoio e Fomento: Fundo Estadual de Resíduos Sólidos; Fundo Estadual de Desenvolvimento Social e Econômico; Recursos federais via Ministério do Meio Ambiente ou Desenvolvimento Social; Emendas parlamentares e cooperação internacional (BID, ONU-Habitat, PNUD etc.).

(Barro) Recomenda-se que o Estado disponibilize suporte técnico, normativo e financeiro aos municípios para a elaboração e aplicação de Códigos Sanitários Ambientais Municipais, bem como para a criação de canais institucionais que garantam a efetiva execução das políticas locais de saneamento básico.

(Campos Sales) Instituir, no âmbito do Estado do Ceará, um programa permanente voltado à universalização do saneamento básico com foco na redução das desigualdades territoriais e sociais, priorizando áreas rurais, comunidades tradicionais (como povos indígenas, quilombolas e assentamentos da reforma agrária), além de bairros periféricos urbanos, especialmente os situados em regiões de maior vulnerabilidade hídrica. O

programa deverá adotar soluções descentralizadas, de baixo custo e adaptadas ao semiárido cearense, como biodigestores, cisternas calçadão, banheiros secos e filtros de areia para reuso de água cinza; fortalecer a capacidade técnica local por meio de formação continuada de servidores públicos municipais e estaduais, visando à elaboração, implementação e revisão participativa dos Planos Municipais de Saneamento Básico; criar linhas de financiamento estaduais específicas para municípios com baixa capacidade técnica e orçamentária, utilizando critérios de equidade hídrica e territorial, com suporte técnico-operacional da Secretaria Estadual responsável pelo saneamento; articular ações intersetoriais entre as áreas de saneamento, saúde, educação e meio ambiente, promovendo campanhas de educação sanitária, vigilância epidemiológica, capacitação comunitária e incentivo à autogestão de sistemas em localidades com histórico de exclusão dos serviços públicos; estimular parcerias com universidades cearenses, IFCE's e centros de pesquisa regionais, para desenvolvimento de soluções inovadoras e replicáveis, integrando o saber técnico-científico ao conhecimento popular e tradicional.

(Carnaubal) 1. Ampliação do Programa Águas do Sertão e do SISAR: Estender o modelo SISAR-SERRA para novas comunidades rurais de Carnaubal (Pau d'Arco, Bebedouro, Cachoeira etc.), garantindo abastecimento de água e esgotamento com gestão comunitária; 2. Regionalização do Saneamento: Concluir a adesão de Carnaubal aos blocos regionais de saneamento, o que permite compartilhamento de estações de tratamento, aterros sanitários e ganhos de escala; 3. Capacitação e apoio técnico: Firmar parcerias com IFCE, UFC e ARCE para qualificação de técnicos locais em operação de sistemas simplificados de abastecimento e esgoto; 4. Repasse de kits de saneamento rural: Solicitar ao Estado kits com caixa d'água, tubulações, calhas, fossas, entre outros, para escolas, postos de saúde e residências de baixa renda.

(Catunda) Criação de um fundo para apoio técnico e financeiro aos municípios. Implantação de uma rede de apoio fornecida pelo estado visando orientação sobre o tema "saneamento básico".

(Icô) Instituir, no âmbito do Estado, uma Política Estadual Integrada de Saneamento Básico para Áreas de Risco e Vulnerabilidade Social, voltada à universalização do acesso a serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e manejo de resíduos sólidos, priorizando territórios marcados pela desigualdade socioespacial e exclusão urbana. A proposta prevê: Criação de um programa estadual específico com recursos próprios e de transferências federais, priorizando investimentos em regiões metropolitanas, periferias urbanas e comunidades tradicionais com alta vulnerabilidade socioambiental; Integração dos dados territoriais, com apoio de geotecnologias, para mapear áreas críticas e subsidiar decisões técnicas e orçamentárias; Fomento à cooperação técnica e financeira com os municípios, garantindo apoio à elaboração de projetos, capacitação de equipes locais e execução de obras; Institucionalização de comitês intersetoriais regionais, com participação de representantes do governo estadual, municípios, sociedade civil e movimentos populares, para acompanhar, planejar e avaliar as ações; Alinhamento da política estadual de saneamento com os planos diretores municipais e regionais, reforçando a articulação entre saneamento, habitação, mobilidade, meio ambiente e desenvolvimento urbano sustentável.

(Monsenhor Tabosa) Integrar as políticas públicas de saneamento básico, habitação social e saúde coletiva, de forma a garantir acesso universal à infraestrutura sanitária adequada em comunidades vulneráveis, zonas periurbanas e rurais. O objetivo é assegurar que nenhum programa habitacional seja executado sem a devida infraestrutura de esgotamento sanitário, drenagem, abastecimento de água e manejo de resíduos sólidos, visando reduzir drasticamente os impactos na saúde pública, especialmente doenças de veiculação hídrica. Recomenda-se que os programas contemplem metas e cronogramas definidos para atendimento progressivo até 2030, priorizando soluções como fossas biodigestoras, bacias de evapotranspiração e drenagem sustentável em territórios de difícil acesso, além da expansão de redes coletivas em áreas urbanas. A governança dessas ações deve envolver conselhos locais de saúde e habitação, garantindo participação popular e transparência, além de mecanismos de fiscalização intersetorial.

(Morada Nova) Implantar o Programa Ceará Água e Vida, com apoio técnico e financeiro aos municípios para reuso de águas cinzas, compostagem comunitária e soluções sustentáveis para drenagem urbana.

INOVAÇÃO / TECNOLOGIA / EDUCAÇÃO

(Aratuba) Apoio técnico para implementação de tecnologias inovadoras de coleta e descarte, como lixeiras subterrâneas.

(Ipaumirim) Promover campanhas e oficinas educativas para conscientizar a população sobre a importância da preservação dos recursos hídricos e do uso correto das infraestruturas de saneamento.

GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

(Ibiapina) A implantação da rede de esgoto em todo o perímetro urbano visando melhorar a saúde pública, a qualidade de vida e o meio ambiente nas cidades. Essa ação visa garantir o saneamento básico adequado para todos os moradores, reduzindo problemas de saúde relacionados ao descarte inadequado de resíduos líquidos e promovendo o desenvolvimento sustentável da região. PROPOSTA: Desenvolver e fortalecer sistemas eficientes de coleta, tratamento e destinação de resíduos sólidos nas comunidades adjuntas, promovendo a limpeza e a sustentabilidade ambiental.

(Itapipoca) Implantação e manutenção de aterros sanitários, melhoria na coleta pública de resíduos e no seu acondicionamento.

(Pacujá) Construção e criação de pontos de coleta seletiva nas comunidades no interior nos municípios; Criação dos planos municipais de saneamento básico através de participação popular; Implantação do programa Educa Saneamento, com o apoio das escolas instaladas dentro do município; Implementação de sistema de compostagem e/ou coleta seletiva dentro dos municípios cearenses.

(Quiterianópolis) Efetivar a criação de um aterro sanitário para a destinação do lixo sólido e destino final do lixo hospitalar.

DRENAGEM

(Frecheirinha) Reestruturação e criação da drenagem urbana, com destinação da água pluvial para local adequado, acontecendo separadamente

à coleta do esgotamento sanitário.

(Itapajé) Desenvolver diretrizes nacionais e destinar recursos específicos para implantação e modernização de sistemas de drenagem urbana, contemplando obras de micro e macrodrenagem para reduzir alagamentos, preservar recursos hídricos e proteger áreas vulneráveis.

(Limoeiro do Norte) Incentivo à implantação de sistemas de drenagem eficientes, com materiais e técnicas que reduzam alagamentos e garantam o escoamento adequado das águas pluviais.

(Santana do Cariri) Melhoria da pavimentação para captação e escoamento de águas pluviais; executar uma inclinação adequada dos pavimentos, como também um bom rejuntamento para melhorar o escoamento das águas pluviais, direcionando-as para as sarjetas e conseqüentemente para dentro das bocas de lobo com destino final em rios e riachos.

SANEAMENTO / ABASTECIMENTO DE ÁGUA

(Alcântaras) Investir em projetos de saneamento básico para melhoria da infraestrutura rural, abrangendo abastecimento de água, esgotamento sanitário e vias de acesso.

(Barreira) Implementação de projetos de saneamento rural e ampliação do saneamento nas áreas urbanas.

(Catarina) Garantir o acesso à água potável de qualidade para a população, incluindo a redução de perdas no sistema de distribuição de água e o investimento em melhorias das estações de tratamento de esgoto.

(Caucaia) Ampliar a rede de esgotamento sanitário dos municípios. Ampliar a rede de saneamento básico, especialmente nas áreas críticas e propícias a inundações.

(Crato) Implementar procedimento padrão de consulta aos órgãos responsáveis pelo abastecimento de água, antes da emissão de outorgas pelo órgão competente.

(Groaíras) Criação de um programa: "Água limpa, vida digna", para comunidades rurais.

(Ipaoranga) Saneamento básico urbano e abastecimento rural.

(Iracema) Universalização do acesso à água e ao tratamento de esgoto

até 2030, alinhada à Agenda 2030 da ONU com apoio da Secretaria das Cidades do Estado do Ceará.

(Itaíçaba) Universalizar o acesso ao saneamento, priorizando os municípios de médio e pequeno porte.

(Itarema) Universalizar o sistema de abastecimento de água potável na zona rural de Itarema, com apoio da CAGECE e plano estadual de saneamento rural.

(Jaguaribara) Universalização do acesso à água potável a todas as moradias dos municípios do estado.

(Meruoca) Saneamento Sustentável e Descentralizado para Áreas de Relevo da Serra de Meruoca. Implementar soluções descentralizadas, sustentáveis e adaptadas ao relevo local, com foco na universalização do saneamento básico, controle ambiental e melhoria das condições sanitárias das comunidades de Meruoca.

(Quixeramobim) Efetivação da Malha d'água e busca de recursos; Assegurar recursos para concluir a 2º etapa do saneamento e operar com tarifa de esgoto; Assegurar recursos para implantação de Programas de requalificação e recuperação de áreas de App / Urbana - Rural; Recursos para aquisição de materiais e equipamentos operacionalizar programas.

(Uruoca) Incentivo técnico e financeiro para melhorias e ampliação do saneamento básico para pequenos municípios, assim como, a revitalização (limpeza e urbanização verde e cultural) dos açudes, lagoas e nascentes.

c) Diretrizes e Propostas para a Política de Mobilidade Urbana da PEDU

GERAL

(Cariús) Projeto e execução de ações para regulamentação de trânsito no município; Criação de linha de transporte público para facilitar acesso da população da zona rural a serviços da zona urbana; Execução do Projeto da rodovia CE que liga Cariús a Farias Brito; Ampliar ações da pavimentação e construção de ponte para regiões que ficam isoladas no período de inverno.

(Carnaubal) 1- fotossensor na entrada dos municípios para normalização de velocidade e redução de acidentes; 2- expandir e modernizar o transporte

público intermunicipal; 3- expansão da rede de ciclofaixa intermunicipais; 4- subsídio estadual para transporte gratuito ou tarifa social.

(Crateús) Implementar políticas de financiamento estadual para modernização e ampliação do transporte público municipal, com foco na acessibilidade, na redução das emissões de carbono e na integração entre modais.

(Ibiapina) Mobilidade: Implementar ações que facilitem o transporte e o acesso às comunidades adjuntas, especialmente nas regiões de fronteira, garantindo maior facilidade e segurança para os moradores. Acessibilidade: Garantir que os espaços públicos e os serviços sejam acessíveis a todas as pessoas, incluindo aquelas com mobilidade reduzida, promovendo inclusão social. Foco nas regiões de fronteira: Atentar às particularidades dessas áreas, promovendo ações específicas que atendam às necessidades dessas comunidades, fortalecendo a integração regional.

(Pacoti) Propor recursos para ordenamento de praças da cidade possibilitando seu uso para lazer.

(Tabuleiro do Norte) Aquisição da frota de veículos oficiais custeados com recurso público de todos os entes federados serem prioritariamente contemplados com tecnologia ecologicamente correta (veículos elétricos e/ou zero emissão de CO₂) com isenção total de impostos.

POLÍTICA / PLANOS / FUNDOS

(Aratuba) Criação de um programa estadual de apoio psicossocial aos profissionais de transporte que atuam em rotas intermunicipais.

(Catarina) Expansão do programa SINALIZE para todos os municípios do estado, implantando políticas de melhoramento e escoamento do trânsito.

(Ipaumirim) Apoiar técnica e financeiramente os municípios com menos de 20 mil habitantes para estruturarem seus planos de mobilidade urbana. Principais ações: Criação de fundo estadual para projetos de mobilidade nos pequenos municípios; Formação de núcleos técnicos regionais.

(Limoeiro do Norte) A criação de um programa estadual que incentive e apoie tecnicamente os municípios na padronização de vias públicas e calçadas, com foco em acessibilidade universal, segurança para pedestres e

boa drenagem urbana. A proposta contempla a execução de calçadas contínuas, niveladas, com piso tátil, rampas de acessibilidade e pavimentação regular, garantindo o deslocamento seguro de pessoas com deficiência, idosos, crianças e demais usuários do espaço urbano. (...) A pavimentação das vias também deve seguir padrões de qualidade que permitam mobilidade segura para veículos e pedestres, reduzindo a degradação das ruas e os impactos negativos do escoamento superficial. A proposta busca ainda que o Estado disponibilize linhas de financiamento e assistência técnica para que os municípios possam elaborar projetos de acessibilidade urbana, executar obras e regulamentar a legislação local com base nas normas da ABNT e na Política Nacional de Mobilidade Urbana.

(Maranguape) A proposta institui um programa estadual de mobilidade urbana acessível, com suporte técnico e campanhas educativas voltadas à padronização e fiscalização das calçadas, ciclovias, praças e demais logradouros públicos. O Estado apoiará os municípios na elaboração de planos de acessibilidade, treinamento de equipes técnicas, e criação de observatórios regionais de mobilidade inclusiva. Será incentivada a fiscalização quanto ao cumprimento dos parâmetros de acessibilidade, com especial atenção às necessidades de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. O programa contribuirá para assegurar o direito ao deslocamento digno em todas as regiões urbanas.

(Missão Velha) Criação de um Programa Estadual de Apoio à Mobilidade nos Municípios Pequenos, com repasse de recursos e apoio técnico para municípios com menos de 50 mil habitantes elaborarem seus Planos Municipais de Mobilidade Urbana, conforme exigências do Estatuto da Cidade.

(Morada Nova) Criar um Plano Estadual de Mobilidade Sustentável que promova a integração intermunicipal por transporte público de baixo carbono, com subsídio estadual para regiões de menor arrecadação.

ACESSIBILIDADE

(Canindé) Um programa voltado à promoção da mobilidade urbana inclusiva, com foco na melhoria da infraestrutura de circulação de pedestres em áreas urbanas. O programa buscaria estabelecer diretrizes técnicas e legais

para a construção, reforma e manutenção de calçadas, garantindo acessibilidade universal conforme os parâmetros da ABNT NBR 9050:2021 e da Lei Federal nº 10.098/2000, que tratam da eliminação de barreiras arquitetônicas nos espaços públicos.

(Irauçuba) Instalação de placas indicativas e educativas em espaços públicos, com orientações sobre acessibilidade, direitos de prioridade e condutas inclusivas, promovendo a conscientização da população sobre a importância de ambientes acessíveis. Adaptação e ampliação das praças públicas com instalação de equipamentos sensoriais lúdicos, visando a inclusão e bem estar de crianças e adultos com deficiência.

(Uruburetama) Garantir a implantação de sinalização padronizada para pontos de embarque e desembarque de transporte alternativo (topiques) nos municípios, assegurando acessibilidade e segurança.

EDUCAÇÃO

(Cruz) Recomendar que os municípios implementem um Programa Permanente de Educação para o Trânsito, com foco em conscientização, prevenção de acidentes e valorização da vida, envolvendo escolas, condutores, pedestres, ciclistas e comércio local. O programa deve incluir: ações educativas nas escolas (educação para o trânsito desde o ensino fundamental); campanhas permanentes com apoio da Guarda Municipal e órgãos de trânsito; sinalização viária adequada e manutenção das vias; capacitação de servidores públicos que atuam na fiscalização e orientação do trânsito. Justificativa: A desorganização do trânsito urbano e o número crescente de acidentes, especialmente envolvendo motociclistas e pedestres, demandam ações contínuas de educação e prevenção. A conscientização é uma ferramenta fundamental para transformar comportamentos de risco e criar uma cultura de mobilidade segura e respeitosa. Além disso, a maioria dos municípios brasileiros não possui sistemas municipais de trânsito estruturados, o que reforça a importância de ações educativas acessíveis, de baixo custo e alto impacto.



INTEGRAÇÃO / TERMINAIS

(Aratuba) Investimento estadual em terminais integrados e apoio a municípios para estruturação de pontos de transporte coletivo, incluindo mototáxis.

(Baturité) Construção de um Terminal Rodoviário em Baturité, com ramificações para as cidade do Maciço e a Capital, proporcionando transporte coletivo, regular, seguro para a população do Maciço, viabilizando atender as demandas decorrente do desenvolvimento de Baturité (Curso de Medicina entre outros, em breve Hospital Municipal, Hospital Regional, Fábricas que se instalam na cidade, turismo crescente.... etc).

(Brejo Santo) No sentido de reduzir o fluxo de veículos, propõe-se a implantação de ciclovias e ciclofaixas integradas ao sistema viário, e ainda a implantação de um sistema de transporte coletivo, intermunicipal e local, de qualidade e acessível à população.

(Campos Sales) Estruturar, em parceria com os municípios cearenses, uma rede integrada de Corredores Verdes de Mobilidade Ativa, priorizando territórios com alto índice de vulnerabilidade social, baixa oferta de transporte público e grandes déficits socioambientais, especialmente nas regiões de clima semiárido. O programa será uma política pública estadual de mobilidade ativa e sustentável, voltada para a inclusão urbana, a saúde coletiva e a adaptação às mudanças climáticas, com os seguintes eixos estratégicos: Construção de ciclovias e ciclofaixas arborizadas, conectando bairros periféricos aos terminais de transporte urbano e rural; Implantação de calçadas acessíveis e sombreadas, com piso tátil, iluminação LED, arborização nativa e pontos de descanso; Instalação de paraciclos, bebedouros, bancos e mobiliário urbano, considerando o contexto climático do semiárido cearense; Reorganização das linhas de ônibus municipais e intermunicipais para garantir integração com os corredores ativos; Incentivo ao uso do transporte coletivo e ativo nas áreas urbanas e periurbanas dos municípios cearenses; Apoio técnico e financeiro prioritário a municípios com até 100 mil habitantes, que costumam estar à margem dos investimentos em infraestrutura sustentável; Elaboração colaborativa de Planos Municipais de Mobilidade Ativa, com foco em

participação social e soluções de baixo custo adaptadas à realidade local; Parcerias com universidades cearenses (UFC, URCA e IFCE) para o desenvolvimento de tecnologias sociais, monitoramento de impacto e formação de quadros locais.

(Crato) Regulamentação e incentivo a transportes de médio porte (vans e micro-ônibus) para atender a mobilidade bairro a bairro e interdistrital, utilizando políticas de passe livre e bilhete único, conectando diferentes modais, através, por exemplo, de ciclovias. As rotas devem ser devidamente sinalizadas e o acesso às informações de rota e horários facilitados (por aplicativo). Para a continuidade do fluxo, também é essencial revitalizar e interligar a malha viária distrital e rural.

(Itapipoca) Promover a implantação de transporte público acessível e integrado nos municípios e entre os municípios da região, com garantia nos três turnos através de ônibus e/ou VLT.

ESTRADAS

(Araripe) O município do Araripe, assim como outros municípios circunvizinhos, possui área de divisa com outros estados, a exemplo do Pernambuco e Piauí. Essas divisas atualmente são ligadas por estradas carroçais, mais que, no entanto, possui um alto fluxo de veículos, dado que boa parte do escoamento de produtos agrícolas (principalmente mandioca, milho, feijão e soja) que fazem parte da renda dos pequenos e grandes produtores rurais da região do Cariri é feito por essas vias. Faz-se necessário, portanto, a pavimentação dessas vias a exemplo da estrada que liga Araripe a Ipubi (passando pelo distrito do Pajeú e de Serrolândia) que possibilita a ligação entre a CE-292 e a PE-585, possibilitando também um acesso mais facilitado as BR-316 e BR-230. Essa obra possibilitará um aumento significativo na produção dos municípios que dependem da renda pela agricultura, visto que possibilitará que vendam seus produtos para as mais diversas regiões do Brasil.

(Barroquinha) Elaboração de políticas públicas que visem a implantação de pavimentação de diversos tipos (pedra tosca, paralelepípedo, ecoblocos e etc) em todas as localidades da zona rural dos municípios.

(Boa Viagem) Instalação de fotossensores na CE-168, no trecho que corta a zona urbana de Boa Viagem, além da construção de passarelas em pontos críticos desse trecho.

(Boa Viagem) Reforma de ponte, em trecho da CE-168, que liga o Bairro de Fátima ao Centro de Boa Viagem, melhorando a passagem de pedestres dessa ponte.

(Catunda) Criar uma Lei onde para que em municípios de pequeno porte que sejam cortados por vias estaduais sejam instaladas lombadas eletrônicas de controle de velocidade em pontos críticos.

(Caucaia) Requalificação da Av. Mister Hull, com ampliação para cinco faixas até Caucaia.

(Croatá) Pavimentação que liga a cidade de Croatá à cidade de Pedro II no estado do Piauí, importante rota comercial, que encurtaria o percurso entre as cidades vizinhas e a capital piauiense que hoje é feita através da BR 222 em Tianguá. Tal pavimentação trará inúmeros benefícios à Croatá e à região da Ibiapaba.

(Moraújo) Implementação de redutores de velocidade em rodovias estaduais no perímetro urbano de todas as cidades.

(Pindoretama) Construir passarelas para pedestres em rodovias estaduais CEs, para aumentar a segurança dos pedestres e dar fluidez ao tráfego de veículos.

(Reriutaba) Ampliação do programa de recuperação das estradas no estado, de modo particular, a CE 329, que liga a Sede de Reriutaba ao trevo da comunidade de Santo Antônio (Cariré).

EIXO 2: GESTÃO ESTRATÉGICA E FINANCIAMENTO

a) Gestão interfederativa, cooperação e consórcios

(Aratuba) Coordenação estadual para garantir que os planos diretores municipais estejam alinhados às diretrizes regionais, especialmente no que diz respeito à ocupação do solo e prevenção de desastres.

(Cariré) Criação de uma unidade de saúde de média complexidade, em uma localização centralizada, que não seja sobral, para desafogar os

equipamentos regionais de saúde existentes.

(Caucaia) Criar incentivos de estímulo a atrair novos investimentos industriais; Articulação de pólos técnicos com as indústrias do complexo portuário do Pecém.

(Croatá) A proposta tem como objetivo a criação de um sistema integrado para que os entes federativos tenham mais facilidade na comunicação e desenvolvimento dos objetos da gestão. O sistema funcionaria como um meio facilitador para o planejamento, execução e fiscalização das políticas públicas que integram o ente federativo, evitando a burocracia excessiva e cumprindo com o princípio constitucional da eficiência.

(Cruz) Recomendar que o município cobre formalmente junto ao Estado e aos demais municípios consorciados a efetivação da construção e operacionalização do aterro sanitário regional, conforme pactuado no âmbito do consórcio público intermunicipal do qual o município faz parte. Essa cobrança deve incluir: a exigência de cumprimento do cronograma físico-financeiro do projeto; a transparência na aplicação de recursos públicos já destinados; e a definição de responsabilidades operacionais e de gestão entre os entes envolvidos. Justificativa: A destinação inadequada dos resíduos sólidos (por meio de lixões ou aterros controlados) ainda é uma realidade em diversos municípios. Embora o consórcio intermunicipal já esteja formalizado, muitos empreendimentos seguem sem execução ou funcionamento efetivo, comprometendo o cumprimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e os objetivos da PNDU. É dever do município e da sociedade civil local atuar de forma ativa e fiscalizadora para garantir que os acordos intermunicipais não fiquem apenas no papel, especialmente quando envolvem obras estruturantes de interesse regional.

(Ererê) Efetivar os aterros sanitários já pactuados pelos municípios, através dos consórcios regionais de resíduos sólidos. A proposta visa universalizar o aterro Sanitário com extinção dos lixões. Disponibilizar / viabilizar maquinários para as ONGS de catadores dos municípios.

(Forquilha) A proposta consiste na criação de um consórcio de corpo técnico na esfera estadual para atender as demandas específicas dos

municípios que não tem recursos para tal finalidade. demandas como: estudos ambientais, projetos de engenharia específicos (obras d'arte), esgotamento sanitário, drenagem, entre outros. esses tipos de projetos demandam profissionais específicos, nos quais os municípios de pequeno porte não têm recursos para manter em sala técnica. a criação do consórcio facilitaria a elaboração desses projetos.

(Frecheirinha) Criar um programa estadual específico para apoio a ativação, adesão e operação progressiva dos consórcios públicos de resíduos sólidos já instituídos no Ceará, com foco em assistência técnica, cooperação interfederativa e eficiência na utilização da infraestrutura existente.

(Independência) Criação de consórcio Intermunicipal do semiárido para gestão compartilhada de serviços urbanos.

(Itapipoca) Criação no âmbito dos consórcios e/ou ações interfederativas, de câmaras temáticas regionais vinculadas aos conselhos municipais de cidades, contemplando a criação de observatórios municipais/regionais de emergência climática (com dados abertos).

(Itarema) Estimular a formação de Consórcio Público Intermunicipal para gestão compartilhada de resíduos sólidos e programas de incentivos a catadores e recicladores entre Itarema e municípios vizinhos do litoral oeste.

(Itatira) Incentivar os Consórcios Públicos para implantar as políticas regionalizadas.

(Limoeiro do Norte) O município de Limoeiro do Norte – CE propõe à Conferência Estadual das Cidades o apoio técnico e financeiro do Governo Estadual para a conclusão da obra do Aterro Sanitário Regional do Vale do Jaguaribe, localizado no território do Consórcio de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Vale do Jaguaribe. A obra, que é essencial para o fim do uso de lixões irregulares e para o cumprimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos, encontra-se em fase avançada, mas ainda necessita de recursos para sua finalização e operação plena. A proposta inclui também o fortalecimento da coleta seletiva municipal, com foco na ampliação de rotas, estruturação de galpões de triagem e inclusão social de catadores de materiais recicláveis. A gestão adequada dos resíduos sólidos é urgente e essencial para

a promoção da saúde pública, da proteção ambiental e da dignidade das populações urbanas e rurais do município. Com o funcionamento efetivo do aterro sanitário consorciado e uma coleta seletiva estruturada, Limoeiro do Norte poderá cumprir seu papel dentro da política regional de resíduos, assegurando destinação final adequada e promovendo desenvolvimento sustentável e economia circular.

(Maranguape) O Estado estabelecerá um plano integrado de gestão de resíduos sólidos, em articulação com consórcios intermunicipais, visando à coleta regular, instalação de contêineres inteligentes nos pontos críticos, e ações de educação ambiental em escolas e comunidades. A iniciativa contemplará também a criação de um sistema digital de monitoramento de descartes ilegais, fortalecimento da fiscalização ambiental e ampliação da rede de coleta seletiva. O foco é garantir a destinação adequada dos resíduos, melhorar a saúde pública urbana e combater os chamados “pontos de lixo” de forma articulada e com tecnologia.

(Missão Velha) Adesão aos Consórcios Intermunicipais com municípios vizinhos para desenvolver projetos conjuntos de gestão de resíduos sólidos e tratamento de água e esgoto, buscando apoio técnico e financeiro junto ao Governo do Estado e ao Ministério do Desenvolvimento Regional.

(Paraipaba) Criação de Consórcio Intermunicipal nas áreas de Saneamento e Esgotamento Sanitário, bem como a destinação de resíduos sólidos.

(Russas) Criação de coordenadorias ou escritórios regionais de entidades governamentais do estado do Ceará para assessoria aos municípios do Vale do Jaguaribe.

(São Luís do Curu) Promover consórcio intermunicipal voltado a adequada destinação dos resíduos sólidos dos municípios.

(Tabuleiro do Norte) Consórcio Multifinalitário Regional: Fomentar a produção agrícola e comercial contribuindo para as questões de mobilidade e alcance comercial econômico, além de ofertar apoio técnico aos processos de regularização comercial e planejamento do desenvolvimento econômico; fomentar a produção agrícola e comércio e serviços urbanos; selo de inspeção

municipal (SIM); planejamento do desenvolvimento econômico; apoio técnico aos processos de regularização comercial e vendas públicas.

b) Gestão das regiões metropolitanas

(Alcântaras) Criar uma rede integrada para fomento ao turismo na região metropolitana de Sobral.

(Caucaia) Criação de fórum metropolitano para articulação regional.

(Fortaleza) Elaborar e implementar o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de Fortaleza (PDUI-RMF), em articulação com os municípios e o Governo do Estado, com o objetivo de assegurar transparência e viabilizar a execução das ações, por meio da destinação de orçamento específico, bem como instituir órgão colegiado voltado ao fomento, à colaboração e à articulação de parcerias entre o município e a sociedade civil organizada, para o desenvolvimento da gestão compartilhada, fortalecendo a cooperação entre o executivo municipal, estadual e/ou federal e as organizações da sociedade civil.

(Jardim) Retomada dos diálogos sobre o PDUI da Região Metropolitana do Cariri.

(Paracuru) Rediscutir através e com a sociedade civil de Paracuru como membro da região metropolitana de Fortaleza.

(Sobral) Criação de um HUB de sustentabilidade da Região Metropolitana de Sobral (RMS), integrando um observatório metropolitano, laboratórios e grupos de pesquisa em universidades e escolas voltados ao desenvolvimento de tecnologias renováveis.

c) Controle social e gestão democrática das cidades

(Acará) Propõe-se a criação e o fortalecimento de ciclos de capacitação técnica estruturados pelo Estado, tornando-os requisito obrigatório para gestores públicos, membros de conselhos e segmentos da sociedade civil. Esses programas devem abranger temas-chave do planejamento e da gestão urbana — como elaboração de planos diretores, instrumentos de controle social, financiamento urbano e uso do espaço público — e serem modulados em trilhas formativas que garantam nível mínimo de competência e uniformidade em todo o território estadual. A certificação obtida ao final de cada

ciclo validará a habilitação dos participantes para atuar em processos decisórios e de fiscalização, elevando a qualidade e a consistência das políticas públicas.

(Acará) Propõe-se a incorporação de conteúdos de empreendedorismo social e participação na política urbana em todas as disciplinas do currículo das escolas estaduais, formando cidadãos críticos e proativos desde a educação básica. Essa inserção deve ocorrer de forma transversal, integrando-se às disciplinas de Ciências Humanas, Língua Portuguesa, Matemática e Arte, por meio de projetos interdisciplinares que explorem temas como diagnóstico comunitário, elaboração de propostas de intervenção urbana e gestão de pequenos negócios sociais. Ao conectar teoria e prática, os estudantes passam a compreender o funcionamento das cidades, identificam demandas locais e desenvolvem soluções colaborativas, reforçando o vínculo entre escola e comunidade. O programa curricular deve prever capacitação contínua dos professores, por meio de oficinas especializadas e recursos pedagógicos digitais, incentivando metodologias ativas como aprendizagem baseada em projetos (PBL) e estudo de caso, além de parcerias com prefeituras e organizações da sociedade civil. Essas parcerias permitirão visitas técnicas, mentorias e feiras de empreendedorismo social nos territórios escolares, estimulando o protagonismo juvenil e o engajamento em conselhos participativos. A avaliação incluirá não só provas, mas portfólios de projetos realizados, depoimentos de atores comunitários e indicadores de impacto social medidos ao longo do ano letivo.

(Apuiarés) Criação de Comitês Regionais de Planejamento Territorial Participativo.

(Apuiarés) Capacitação técnica continuada para gestores municipais com parcerias de universidades públicas, IPECE ou institutos estaduais de planejamento.

(Aracati) Instituir o Conselho das Cidades, com composição representativa por distritos, como instância permanente de participação, deliberação e acompanhamento das políticas públicas, urbanas e territoriais no município.

(Boa Viagem) Promover capacitação técnica para gestores, operadores e conselheiros municipais de saneamento, além de estimular convênios com universidades e institutos de pesquisa. Além disso, implementar no fundo estadual do saneamento básico, atribuições para garantir a efetivação do cumprimento da lei da tarifa social.

(Brejo Santo) Estabelecimento de um calendário anual de audiências públicas temáticas, a nível estadual e regional, com a participação dos conselhos e fóruns, integrando habitação, saneamento, saúde, educação e assistência social.

(Campos Sales) Assegurar a participação ampla, qualificada e contínua da sociedade civil cearense na formulação, monitoramento, execução e avaliação das políticas públicas estaduais e municipais, promovendo a transparência, a equidade social e a efetividade da gestão pública democrática, através do fortalecimento dos Conselhos de Controle Social no Ceará, ampliando e garantindo o funcionamento pleno dos conselhos estaduais e municipais, assegurando a participação de representantes da sociedade civil de todas as regiões do Ceará, com atenção especial aos sertões, periferias urbanas e comunidades tradicionais, como também, assegurar recursos financeiros e estrutura mínima para o funcionamento autônomo dos conselhos; Implantar uma plataforma estadual de dados abertos, acessível e interligada com os portais dos municípios cearenses, para fornecer informações em tempo real sobre o orçamento público, investimentos regionais, execução de obras, serviços essenciais e indicadores sociais; Instituir audiências públicas territoriais nas macrorregiões do estado (Cariri, Sertão Central, Inhamuns, Norte, Região Metropolitana de Fortaleza, etc.), para que as decisões estaduais sejam construídas a partir da escuta e da participação efetiva das populações locais, como também, criar ou fortalecer ouvidorias estaduais com canais presenciais e digitais para recebimento, acompanhamento e resposta de demandas sociais, com relatórios periódicos de transparência. É necessário ampliar o alcance da gestão democrática, especialmente nas áreas mais vulneráveis, combatendo desigualdades históricas e fortalecendo a governança pública.

(Caridade) Propõe a criação do Programa Estadual de Formação de Conselheiros, visando a preparação e capacitação dos conselheiros em todos os âmbitos sociais, por meio de palestras, cursos de capacitação e reuniões periódicas. Essa iniciativa é de grande importância para melhorar a capacitação de conselheiros por meio de aulas profissionais e o compartilhamento de experiências vividas entre os conselheiros em seus respectivos municípios.

(General Sampaio) Estimular que cada município crie espaços participativos com sociedade civil, academia e poder público para monitorar indicadores ambientais e propor soluções locais.

(Icapuí) Fortalecimento dos Conselhos: Capacitação dos conselheiros.

(Icó) Instituir, no âmbito estadual, mecanismos permanentes de financiamento público e articulação intersetorial que garantam a aquisição de equipamentos sociais essenciais e a modernização da infraestrutura física e tecnológica das entidades sociais comunitárias, reconhecendo-as como pilares do controle social, da cidadania e da gestão democrática das cidades. A proposta contempla: Criação de um Programa Estadual de Apoio à Infraestrutura das Entidades Sociais, com edital público periódico para repasse de recursos a instituições da sociedade civil sem fins lucrativos que atuem em áreas urbanas vulneráveis; Reserva de percentual obrigatório no orçamento estadual de políticas urbanas para apoio às entidades que promovem ações de inclusão, educação, cultura, esporte, segurança alimentar, defesa de direitos e assistência social; Critérios de participação democrática e prestação de contas transparentes, com incentivo à participação dessas entidades em conselhos municipais e estaduais de políticas públicas; Estabelecimento de parcerias entre governo estadual, municípios e entidades sociais, promovendo ações integradas de planejamento urbano com foco na justiça social e territorial; Criação de indicadores públicos de avaliação e monitoramento da atuação das entidades apoiadas, com controle social efetivo e participação popular.

(Ipaporanga) Plataforma - educação para o desenvolvimento regional: desenvolver e implementar a plataforma oferecendo cursos técnicos,

profissionalizantes e de idiomas online, com foco em jovens, mulheres, trabalhadores e empreendedores de municípios do interior e zonas rurais.

(Ipaporanga) Oferecer capacitações e assistência técnica para elaboração de plano para cidades abaixo de 20 mil habitantes.

(Ipaumirim) Promover coerência entre os diferentes instrumentos de planejamento, evitando sobreposições e promovendo uma atuação sinérgica.

(Ipaumirim) Criar um programa estadual para apoiar técnica e financeiramente os conselhos de políticas públicas (como os de saúde, educação, assistência social, meio ambiente) nos municípios cearenses. O programa incluiria: Capacitações presenciais e online para conselheiros; Apoio na elaboração de regimentos internos e planejamento anual; Criação de um fundo estadual para pequenas despesas operacionais dos conselhos.

(Maranguape) Será instituído um programa estadual de incentivo à criação ou consolidação dos Conselhos Municipais das Cidades, com foco em capacitação, apoio normativo e institucional. O Estado orientará os municípios na aprovação de legislação específica, assegurando paridade entre governo e sociedade civil e processos de escolha democráticos. Os conselhos serão articulados em uma rede estadual, com canal direto ao Conselho Estadual das Cidades, promovendo maior participação popular, controle social e alinhamento com a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU).

(Maranguape) A proposta prevê a implantação de um sistema estadual de escuta cidadã, com a criação de plataformas digitais interativas e espaços físicos regionais de escuta ativa. Esses canais permitirão à população colaborar nos processos decisórios das políticas urbanas, sobretudo nas periferias urbanas e áreas rurais. O Estado disponibilizará ferramentas inclusivas e acessíveis, além de formar agentes de participação social para facilitar o diálogo entre governo e sociedade. A iniciativa fortalecerá a cultura democrática e ampliará a transparência das decisões públicas.

(Massapê) implantação do orçamento participativo como instrumento de fortalecimento do controle social, transparência na gestão pública e garantia da correta aplicação dos recursos; criação do Conselho de Controle Social e Gestão Democrática, para propor, acompanhar e fiscalizar as políticas públicas

do município, atuando como canal legítimo de escuta da população.

(Morada Nova) Fortalecer os Conselhos Municipais das Cidades com formação continuada, criação de Núcleos Regionais de Participação Social e canal digital único para transparência das ações urbanas no estado.

(Ocara) Promover a capacitação e fortalecimento dos Conselhos.

(Pacoti) Investir no portal da transparência do Estado para que haja um melhor fluxo, pois o sistema funciona de forma congestionada.

(Pindoretama) Construir uma escola profissionalizante, com cursos voltados para a área da construção civil.

(Quiterianópolis) Buscar uma forma de garantir a participação efetiva da sociedade civil na elaboração de políticas públicas e Promoção de um diagnóstico de identificação das necessidades de cada município, tendo como parceria a classe acadêmica, ONGs e associações comunitárias, igrejas e Sindicatos.

(Reriutaba) Promover instâncias de participação direta como: assembleias, fóruns comunitários. Ações que assegurem a presença e participação da comunidade no processo de decisões e avaliação das políticas.

(Reriutaba) Garantir a participação e equidade da sociedade nas decisões sobre projetos, obras e espaços comunitários.

(São Luís do Curu) Gestão compartilhada entre conselhos, Estado e associações civis, promovendo a recuperação de matas ciliares e a revitalização do Rio Curu.

(Tabuleiro do Norte) Capacitação dos gestores e membros dos conselhos municipais (presenciais e EAD) visando elaboração de projetos e captação de recursos junto aos governos estadual, federal e iniciativa privada.

(Uruburetama) Instituir um programa estadual de capacitação técnica continuada para gestores municipais, com foco em planejamento urbano, captação de recursos e instrumentos da PNDU.

d) Financiamento da PEDU

(Alcântaras) Solicitar financiamento estadual para a elaboração de Planos Diretores em cidades de pequeno porte.

(Beberibe) Viabilização financeira por meio de PPPs para o fundo de

HIS; Desburocratização do sistema de financiamento.

(Granja) Implementar Programa Estadual de Apoio ao Planejamento Urbano Municipal, que vise o apoio técnico e financeiro aos municípios para promoção de ações de desenvolvimento urbano observando os princípios e propostas da PNDU.

(Itarema) Criar fundo estadual específico para apoio técnico-financeiro aos municípios na atualização de seus Planos Diretores e elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Urbano.

(Itatira) Criar linhas de financiamento para projetos de sustentabilidade ambiental. Fonte de recursos: fundo Estadual do Meio Ambiente (multas ambientais) como aplicar: através de editais específicos e equidades. Incentivar a redução da carga tributária a entidades que trabalham com logística reversa;

(Jaguaribara) Elaboração de plano de captação de recursos contemplando equipes planejadas e mapeamento das principais fontes de recurso através do estado.

(Maranguape) Será criado um programa estadual para o cofinanciamento e a assistência técnica de projetos municipais voltados à ampliação e qualificação de praças, parques e equipamentos urbanos localizados em áreas residenciais. O foco será em infraestrutura segura e inclusiva, com ações de iluminação pública eficiente, acessibilidade universal e implantação de mobiliário urbano, além de integração com os modais de transporte. A política estadual priorizará áreas com baixa oferta de espaços públicos e alta densidade populacional, visando à redução da desigualdade socioterritorial e ao fortalecimento do convívio comunitário.

(Missão Velha) Instituição de um Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano Integrado, destinado a financiar projetos intermunicipais de saneamento, mobilidade, habitação e gestão de resíduos, com seleção de projetos via chamadas públicas anuais.

(Pacoti) Incentivar, através de convênios técnico-financeiros, os municípios a executarem as políticas do plano diretor.

(Poranga) Promover o fortalecimento do potencial turístico nos municípios que compõem o Estado.



(Uruburetama) Criar linhas de crédito específicas e facilitadas voltadas para municípios de pequeno porte, com foco em projetos de infraestrutura urbana e desenvolvimento sustentável.

(Varjota) Sugerimos que o Estado do Ceará crie um programa de apoio técnico e financeiro para que os municípios com menos de 50 mil habitantes possam elaborar, revisar e implementar seus Planos Diretores, integrando os instrumentos básicos de planejamento urbano, como a Lei de Uso e Ocupação do Solo, Código de Obras e Planos Setoriais de Habitação, Saneamento, Mobilidade e Meio Ambiente.

EIXO 3: GRANDES TEMAS TRANSVERSAIS

a) Sustentabilidade ambiental e emergências climáticas

GERAL

(Campos Sales) O Ceará deve assumir o protagonismo na luta contra a emergência climática, unindo inovação, governança e participação popular para proteger nosso bioma, nossa economia e nossa gente, utilizando de ações prioritárias como: Instituir um Conselho Estadual de Crise Climática com representantes de todas as regiões e setores do Ceará, para ações rápidas e monitoramento contínuo; Ampliar a educação ambiental nas escolas e comunidades, promovendo a consciência e o engajamento cearense na proteção do semiárido e da biodiversidade; Acelerar a transição para energias renováveis, aproveitando o potencial solar e eólico do estado para substituir combustíveis fósseis; Defender e recuperar as áreas verdes, bacias hidrográficas e nascentes, garantindo água e vida para as próximas gerações; Apoiar municípios cearenses com recursos e tecnologia para prevenção e resposta a secas, enchentes e outros desastres climáticos; Incentivar a agricultura sustentável e agroecológica, fortalecendo o homem do campo e a segurança alimentar no semiárido; Promover mobilidade urbana sustentável nas cidades cearenses, com transporte público eficiente, ciclovias e veículos elétricos; Criar um Fundo Estadual de Emergência Climática para ações imediatas que protejam vidas e reduzam impactos sociais e econômicos. Agir agora é garantir um futuro justo, próspero e sustentável para todos os

cearenses.

(Canindé) Se faz necessário a criação de um índice para auxiliar em dados sistematizados sobre a qualidade do solo e da água, pois tal índice contribuirá para o planejamento sustentável do uso do solo e da água, bem como a identificação de áreas críticas para intervenções.

(Caridade) Propõe a Criação de Núcleos Regionais de Defesa Civil e combate a incêndios florestais, visando o combate prévio de pequenos incêndios ocasionados por ações humanas, com uma intervenção ágil e eficaz, para evitar problemas alarmantes que podem afetar de forma significativa o território municipal e a saúde da população.

(General Sampaio) Elaborar projeto de sistemas de drenagem urbana para a sede dos municípios; Inclusão da disciplina de "Educação Ambiental" na matriz escolar; Repasse de parte do ICMS Ecológico para as Unidades de Proteção do Meio Ambiente, como APA's, RPPNs, entre outras; Incentivar que todos os municípios do Ceará elaborem seus Planos Municipais de Ação Climática com metas de redução de emissões, reflorestamento urbano, e gestão de riscos climáticos; Criar um fundo para prevenir e responder a desastres ambientais nos municípios, com foco em infraestrutura resiliente, armazenamento de água e apoio às populações vulneráveis; Criar linhas de financiamento estadual para que prédios públicos, escolas e comunidades implantem sistemas de energia solar e microgeração distribuída.

(Itapajé) Instituir políticas públicas para transformar terrenos ociosos e subaproveitados em micro parques urbanos e áreas verdes de lazer, contribuindo para mitigação de ilhas de calor, valorização paisagística e melhoria da qualidade de vida.

(Pacoti) Conservação das CEs que interligam os municípios, preservando as espécies de fauna e flora nativas.

(Pindoretama) Criar uma APA (Área de Proteção Ambiental) nos municípios às margens da CE, para proteger a diversidade biológica e regular a ocupação do solo e garantir o uso sustentável dos recursos naturais.

(São João do Jaguaribe) Diagnóstico das árvores do perímetro urbano, planejamento de arborização com participação da comunidade e instituições

públicas/privadas; incentivar hortas comunitárias, frutíferas e produção orgânica de alimentos, desenvolvendo a expertise a respeito da regulamentação junto aos órgãos competentes e apoiar a comercialização e escoamento de produção dos produtos.

(Senador Pompeu) Implantar um programa municipal contínuo de limpeza periódica dos leitos dos rios, recuperação das matas ciliares e reordenamento fundiário das Áreas de Preservação Permanente (APPs) ocupadas de forma irregular, em consonância com o Código Florestal (Lei Federal nº 12.651/2012), o Estatuto da Cidade e demais legislações ambientais e urbanas. As ações devem ser integradas ao planejamento urbano, com articulação entre poder público, órgãos ambientais, defesa civil, Ministério Público e sociedade civil, envolvendo: Monitoramento permanente dos cursos d'água e das faixas marginais; Execução de ações periódicas de limpeza e desassoreamento dos rios, com segurança técnica e ambiental; Recuperação das matas ciliares com espécies nativas, prevenindo erosão e assoreamento; Desocupação gradual e legalmente respaldada das áreas de risco e APPs ocupadas irregularmente, com garantia de alternativas habitacionais dignas para as famílias envolvidas; Campanhas educativas sobre a função ecológica dos rios e o papel das APPs na regulação ambiental urbana.

(Ocara) Implantar hortas comunitárias e quintais produtivos urbanos, como forma de adaptação climática e promoção da segurança alimentar em territórios vulneráveis.

POLÍTICAS / PLANOS / PROGRAMAS

(Barroquinha) Criar políticas públicas para redução do consumo de combustíveis fósseis, investir mais em energia renováveis como solar e eólicas, melhorar a eficiência energética.

(Barroquinha) Criação de políticas públicas para implementar planos de ação para a prevenção e controle do desmatamento, buscando a reestruturação de ecossistemas degradados.

(Bela Cruz) Apoiar os municípios para construção dos Planos Municipais de Reflorestamento, Preservação Ambiental e Acessibilidade Urbana.

(Boa Viagem) Criar programas de formação técnica municipal em

planejamento sustentável e gestão ambiental urbana e rural.

(Granjeiro – CE) Investimento na realização de estudo para que se tenha conhecimento da capacidade hidrológica de cada município.

(Ibiapina) Implementar políticas públicas que incentivem a energia limpa; Criação de campanhas de conscientização; Fortalecimento de leis ambientais a nível estadual e municipal, além de promover parcerias com organizações e a sociedade civil.

(Limoeiro do Norte) O município de Limoeiro do Norte – CE propõe à Conferência Estadual das Cidades a implantação de um programa estadual de incentivo à projetos de áreas verdes públicas e parques urbanos, com ênfase em regiões de interesse ambiental e social, como o entorno do Rio Jaguaribe, principal curso d'água que atravessa o município e a região do Vale do Jaguaribe. A proposta visa a valorização das margens do rio, por meio da implantação de parques lineares e corredores ecológicos que promovam preservação ambiental, lazer, esporte e convivência comunitária, integrando ações de reflorestamento, recuperação de matas ciliares e ocupação urbana sustentável. A presença de áreas verdes em meio urbano contribui diretamente para a redução das ilhas de calor, melhora da qualidade do ar, controle de enchentes e bem-estar da população. Além disso, os parques podem funcionar como barreiras naturais contra ocupações irregulares em áreas de risco, favorecendo o uso consciente do território e o fortalecimento da educação ambiental. A proposta inclui ainda a implantação de projetos paisagísticos acessíveis, com ciclovias, pistas de caminhada, equipamentos de lazer, espaços culturais e educativos.

(Maranguape) O Estado apoiará técnica e financeiramente projetos municipais de requalificação urbana com foco em ecoturismo e sustentabilidade em centros históricos e comerciais. As ações incluem: uso de pisos drenantes, limitação de tráfego veicular em horários específicos, arborização intensiva, jardins de chuva, ampliação de áreas verdes e criação de infraestrutura para observação de aves e fauna urbana. A política valoriza o turismo ecológico, a economia local e a resiliência climática das cidades médias e pequenas, fomentando o uso coletivo e sustentável dos espaços

centrais urbanos.

(Porteiras) Instituir, no âmbito do Governo do Estado do Ceará, um programa estadual permanente de apoio técnico, institucional e financeiro aos municípios cearenses para o fortalecimento da gestão de resíduos sólidos urbanos. O programa deve incluir: Assistência técnica para elaboração e implementação dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos; Apoio à criação de consórcios intermunicipais para tratamento e destinação final de resíduos; Financiamento de infraestrutura para coleta seletiva, compostagem e triagem; Incentivo à contratação de cooperativas de catadores; Campanhas de educação ambiental com base comunitária.

(Várzea Alegre) Política Estadual de Prevenção e Gestão de Desastres Naturais do Ceará: o objetivo é estruturar uma ação permanente do Estado voltada à prevenção, mitigação e resposta integrada aos desastres naturais que afetam o território cearense. Considerando que eventos como enchentes, secas, deslizamentos, vendavais e ondas de calor têm se tornado mais frequentes e intensos em decorrência das mudanças climáticas. A política busca reduzir vulnerabilidades socioambientais, proteger vidas e minimizar prejuízos econômicos e sociais.

APOIO FINANCEIRO

(Caridade) Propõe um apoio estadual para os municípios em relação a transição sustentável que os municípios estão passando ou devem passar, com a criação de um fundo de ajuda para esse objetivo. Esse apoio seria ideal para municípios como Caridade, investirem em melhorias na infraestrutura e em projetos sustentáveis, buscando a transformação sustentável do município.

(Carnaubal) 1- aumentar o valor do repasse do IQM para os municípios; 2- fomentar a exigência de estudos de viabilidade para emissão de outorga; 3- instituir na rede de educação estadual a interdisciplinaridade de coleta seletiva dos resíduos sólidos; 4- fortalecimento de gestão pública descentralizada (capacitação de equipes técnicas e sociais).

(Ererê) Projeto que visa o financiamento para a construção de galerias pluviais sanando a questão de alagamentos nas cidades.

(Ipu) Alterar os critérios dos programas estaduais de repasse de

recursos para infraestrutura urbana, estabelecendo como prioridade: Projetos de drenagem urbana sustentável (soluções baseadas na natureza); Áreas com histórico de alagamentos, deslizamentos ou eventos extremos; Ações de recuperação ambiental em zonas urbanas degradadas; Intervenções com planejamento participativo e soluções ecossistêmicas.

REGULAMENTAÇÃO

(Catarina) Regulamentação de leis específicas para coibir o uso indiscriminado de drones na aplicação de defensivos na agricultura, contaminando os mananciais.

(Itaiçaba) Ampliar a fiscalização da carcinicultura, através de Legislação (implementação), de forma a evitar a destruição do meio ambiente, sobretudo a preservação da Carnaúba.

(Novo Oriente) Propõe-se a revogação da Lei nº 19.135, de 19 de dezembro de 2024, por se mostrar incompatível com os princípios da proteção ambiental, da saúde pública e do desenvolvimento rural sustentável.

(Poranga) Fiscalizar de maneira mais efetiva a execução das leis de preservação ambiental.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL / CULTURA

(Baixio) Estabelecer um programa estadual de parceria com universidades estaduais do Ceará (como a UECE, URCA e UVA) para a capacitação continuada de professores da rede pública, agentes comunitários de saúde, biólogos e servidores municipais, com foco em educação ambiental, saúde socioambiental e desenvolvimento sustentável local. (...) a) Formação Técnica e Pedagógica: Cursos de curta e média duração com certificação universitária; Modalidades presenciais, híbridas e EAD; Temas prioritários: b) Apoio a Projetos Comunitários e Escolares; Apoio técnico e metodológico à criação de projetos locais com impacto direto nas escolas, postos de saúde, feiras livres, comunidades ribeirinhas, quilombolas, indígenas ou assentamentos; Criação de laboratórios vivos de educação ambiental em escolas e unidades de saúde. c) Produção e Distribuição de Materiais Didáticos: Elaboração de cartilhas, vídeos e jogos educativos sobre temáticas

ambientais e de saúde coletiva, adaptados à realidade regional do Ceará; Incentivo à produção por professores e estudantes da própria rede estadual e universitária. d) Monitoramento e Avaliação de Impacto: Sistema de acompanhamento das formações e dos projetos implementados nas comunidades; Avaliação participativa com indicadores de aprendizagem, replicabilidade e impacto social.

(Maranguape) A proposta visa à criação de uma rede estadual de Escolas de Agrofloresta como instrumentos de formação ambiental, justiça climática e segurança alimentar. As escolas serão implementadas em parceria com secretarias de educação, agricultura e meio ambiente, com atividades práticas de produção agroecológica, permacultura, compostagem e captação de água de chuva. As unidades também funcionarão como centros de educação ambiental permanente, com foco em crianças e jovens das escolas públicas. Essa política contribui para mitigar os impactos das mudanças climáticas, preservar a biodiversidade e promover cidadania ambiental.

(Ocara) Promover ações educativas sobre consumo consciente e descarte adequado de resíduos sólidos.

(Pacujá) Educação ambiental nas escolas estaduais e municipais; Criação de áreas de preservação urbana e rural; Monitoramento e prevenção de queimadas; Plano de mobilidade sustentável apoiando as pequenas cidades; Revitalização dos canais destacando as margens dos rios, evitando desmatamento e os riscos de alagamentos para população; Construção de drenagem de águas pluviais, dentro dos bairros para dar suporte aos municípios.

(Quiterianópolis) Pensar numa convivência respeitável com a natureza, fazendo um paralelo de convivência entre cidade, ponto urbano e natureza - Programa de Educação Ambiental.

(Reriutaba) Criação, ampliação e reformas do projeto de brinquedoteca nas cidades que tem ou que ainda não possuem, garantindo espaços públicos para as crianças.

TECNOLOGIA / ENERGIAS RENOVÁVEIS

(Cariré) Incentivos às tecnologias para uso sustentável: Energias

renováveis, captura e purificação dos Recursos Hídricos e Bio digestores.

(São Luís do Curu) Elaboração de sistemas de inteligência artificial com a finalidade de previsão para riscos extremos, no que se refere a desastres climáticos.

(Senador Sá) Energias renováveis.

ECOTURISMO / EVENTOS

(Araripe) O município do Araripe conta com uma área de preservação ambiental criada através da Lei Municipal 490 de 1998 que cria o PARQUE ECOLÓGICO MUNICIPAL, com localização no distrito de Brejinho, o qual conta com uma das maiores cavernas do Ceará. Porém, visto a notoriedade do turismo ecológico na região Cariri, e o já consolidado GEOPARK ARARIPE, é essencial que essa área, ou seja, incluída no GEOPARK Araripe, ou possa ser elevada a Parque Estadual com vista ao incentivo ao turismo e também a parcerias com universidades e órgãos estaduais para o estudo da área e a melhor divulgação.

(Pambu) Implementação de um passeio público composto de ciclovias e área para pedestres às margens do rio Puiú, valorizando a sua existência e complementando com área verde útil, favorecendo o resgate da fauna e flora local.

(Reritaba) Plano para incentivo do turismo ecológico na região do pé de serra com suas cachoeiras.

(Santana do Cariri) Desenvolvimento e melhorias para realização das Feiras Orgânicas; Projetar/construir um espaço para as feirinhas orgânicas, oferecendo boas condições de infraestrutura e acessibilidade; Desenvolver um evento anual, onde inclua a exposição das principais atividades socioeconômicas da comunidade, por exemplo: apicultura, agricultura, pecuária etc.

RECURSOS HÍDRICOS

(Araripe) Há um grande problema com a salubridade das águas dos abastecimentos público municipal provindas de poços profundos. Porém é constatado o grande avanço que já existe em Dessalinizadores, que conseqüentemente se tornaram uma tecnologia mais barata para



implementação. É necessário que o órgão responsável pelos mesmos possa aplicar essa solução, de modo a oferecer uma água potável de melhor qualidade para a população.

(Brejo Santo) Criação de reservatórios comunitários de água, com incentivo a captação da água da chuva com apoio à agricultura familiar, com implantação de quintais produtivos, sistemas de agroflorestas e uso sustentável do solo.

(Ererê) A proposta visa a ampliação de cisternas para a zona rural.

(Itarema) Apoio técnico-financeiro às políticas de preservação ambiental, reflorestamento e desenvolvimento urbano.

(Novo Oriente) Instituir políticas públicas para regularizar a atividade de reutilização de águas pluviais combatendo instantaneamente as enchentes urbanas e abastecendo a população para diversos fins. Em caso de consumo humano, deverá ser implantada estação de tratamento de água (ETA), a política deve contemplar implantação e operação desse Sistema.

GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

(Crateús) Instituir, em âmbito estadual, programas de coleta seletiva obrigatória, com a inclusão e remuneração de catadores organizados, promovendo a gestão integrada de resíduos sólidos e a geração de renda digna para os trabalhadores do setor.

(Eusébio) Criação e manutenção de áreas verdes, corredores ecológicos e parques, incluindo métodos de gestão sustentável de resíduos (reutilização de materiais, reciclagem, coleta seletiva, compostagem) e mananciais.

b) Transformação digital e território

(Ipaoranga) Lançamentos de editais para contemplação de sistemas de informações para monitoramentos de indicadores municipais.

(Ipaumirim) Desenvolver uma plataforma online unificada para o Estado do Ceará, que reúna dados atualizados sobre gastos públicos, execução de obras, indicadores de desempenho dos serviços estaduais e canal para denúncias ou sugestões dos cidadãos. Objetivos : Facilitar o acesso à informação pública; Estimular o engajamento digital da população; Integrar iniciativas de controle social já existentes em diferentes secretarias.

(Missão Velha) Ampliar o Programa Ceará Conectado, garantindo que todos os municípios, especialmente os de pequeno porte como Missão Velha, tenham banda larga pública gratuita nas áreas de maior vulnerabilidade social, com foco em escolas, em ambiente de acesso de multimídia, unidades de saúde, praças e CRAS.

(Novo Oriente) Programa Estadual de Infraestrutura Digital Municipal: financiamento para instalação de rede wi-fi pública, sensores, câmeras e equipamentos de dados urbanos nos municípios cearenses, priorizando os de pequeno porte.

(Poranga) Implantação de Laboratórios Digitais nos municípios.

c) Segurança Pública e o Enfrentamento do Controle Armado dos Territórios Populares

(Aratuba) Criação e redistribuição de bases policiais estaduais com base em critérios territoriais e populacionais.

(Aratuba) Implantação de um sistema estadual de videomonitoramento, com integração entre os municípios e centros regionais.

(Aratuba) Fixação de parâmetros estaduais mínimos de efetivo por mil habitantes, em cooperação com os municípios.

(Barroquinha) Investir em recursos que implantem órgãos de fiscalização e repressão ao crime em pontos turísticos dos municípios.

(Baturité) Criação de uma Base da Defesa Civil Regional em Baturité, com capacidade para auxiliar os municípios da região. Base estruturada com veículos, equipamentos, recursos humanos, com condições para fazer estudos técnicos, capacitar e atualizar as COMPDECs, de acordo com a particularidade da região.

(Catunda) Aumento do efetivo policial, capacitação, estrutura e valorização profissional, integração com as polícias estaduais e órgão de fiscalização municipal.

(Caucaia) Fortalecimento de segurança no entorno das areninhas e espaços públicos com o aumento de postos de policiamento.

(Eusébio) Melhoria da Iluminação Pública e Expansão do Sistema de Videomonitoramento, com integração dos Dados de Segurança com o Estado

e Parceria com Instituições de Inovação.

(Fortim) Agência de turismo (informativo turístico); posto salva-vidas nas praias em conjunto com o corpo de bombeiros.

(Itaiçaba) Fortalecer, ampliar e aparelhar o Sistema de Policiamento nas Cidades para um efetivo combate a criminalidade (aumento de Delegacias nas Cidades e interiores).

(Mauriti) Videomonitoramento, em especial das saídas e entradas dos municípios, com alimentação própria e acompanhamento constante pela Secretaria de Segurança Pública do Estado.

(Pindoretama) Construção de uma base militar envolvendo diversas forças militares, nas áreas metropolitanas do Estado, com identificação através de câmeras de vídeo monitoramento.

(Poranga) Criação de Núcleo de Promotoria Pública e Delegacias de Polícia Civil em Cidades de pequeno porte.

(Russas) Criar um Plano Municipal/Estadual Integrado de Prevenção à Violência e Recuperação de Territórios Populares com ações urbanísticas, sociais e de segurança pública: 1. Urbanização e Regularização Fundiária Participativa – garantir o direito à cidade com saneamento básico, iluminação pública, mobilidade acessível e equipamentos públicos (escolas, unidades de saúde, centros culturais). 2. Presença Institucional Permanente e Qualificada – implantação de políticas públicas de segurança cidadã com base na presença constante e comunitária de agentes públicos (assistência social, saúde, educação, cultura), e não apenas da polícia. 3. Valorização da Vida – fortalecimento de políticas de mediação comunitária. 4. Programas de Inclusão Produtiva e Cultural – fomento a programas de geração de renda, capacitação profissional e valorização da cultura local como formas de romper o ciclo de dependência econômica das organizações armadas. 5. Monitoramento Social e Participativo – criação de conselhos locais compostos por moradores, organizações da sociedade civil e órgãos públicos para acompanhar a implementação e os impactos do plano.

(Tabuleiro do Norte) Criação de programa de videomonitoramento nas cidades com financiamento de recursos estadual/federal, integrando os órgãos de segurança pública.



6ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DAS CIDADES DO CEARÁ



MINISTÉRIO DAS
CIDADES



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DAS CIDADES



CONCIDADES
Conselho Estadual das Cidades do Ceará

